POLÍTICA

Borges, Gilvan (sen.)

CONGRESSO

Advogados de Gilvan Borges fazem plantão no Supremo mas ministro não concede liminar. Parlamentar ingressou com reclamação contra decisão de Marco Aurélio

Vaga no Senado disputada no STF

FERNANDA ODILLA
DA EQUIPE DO CORREIO

José Varella/CB/6.4.04

GILVAN BORGES FICOU APENAS DOIS DIAS COM MANDATO DE SENADOR E AGORA TENTA RECUPERÁ-LO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

O senador Gilvan Borges (PMDB-AP) apelou ao Supremo Tribunal Federal (STF) para assumir de vez a vaga de João Capiberibe (PSB-AP), que desde 2002 trava na Justiça uma batalha para manter sua cadeira no Senado por causa de uma denúncia de compra de votos. Advogados de Gilvan, sucessor de Capiberibe que representou o Amapá no Senado por apenas dois dias, fizeram ontem plantão no gabinete do ministro Carlos Britto, à espera de uma liminar. Contudo, Britto, antes de tomar qualquer decisão, preferiu solicitar informações ao colega Marco Aurélio Mello, que no dia 28 de outubro concedeu a Capiberibe o direito de retornar ao plenário, contrariando decisão do próprio STF, que dois dias antes havia cassado o registro e o diploma do casal João e Jenete Capiberibe, eleita deputada federaln pelo PSB do Amapá.

Mello tem dez dias para explicar por que assegurou o retorno de Capiberibe ao Senado e lhe concedeu ainda o direito de ampla defesa naquela Casa, sendo que dias antes o plenário do STF havia decidido destitui-lo do mandato de senador. Mas Fernando Aquino, advogado de Gilvam Borges, acredita que no início da próxima semana o STF deve se posicionar. Gilvan foi o terceiro colocado nas eleições para senador no Amapá e é o sucessor natural caso Capiberibe perca de vez o direito de exercer o mandato.

O principal argumento de Aquino é que Marco Aurélio Mello não poderia analisar o caso por não ser o relator da matéria. "Além disso, ele foi o voto vencido na decisão do plenário que decidiu cassar Capiberibe. Apenas ele defendeu a permanência do senador", observa Aquino, que não questiona apenas a competência de quem concedeu a liminar a favor de Capiberibe. Os advogados de Gilvan Borges argumentam ainda que a liminar se amparou num artigo na Constituição que não se aplica no caso de Capiberibe. De acordo com Aquino, o senador perdeu o registro de candidato e o diploma e a liminar diz respeito à cassação de mandato.

Acusação

Os registros e diplomas do senador e de sua mulher Janete Capiberibe foram cassados em 27 de abril de 2004 pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por 4 votos a 2. Eles recorreram ao Supremo, mas o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB) determinou pessoalmente o afastamento do senador e a posse do seu principal adversário, Gilvan Borges (PMDB), o terceiro colocado na eleição do Amapá, no dia 26 do mês passado. Renan argumentou que cumpria ordens da Justiça.

Capiberibe foi acusado de pagar R$ 52,00 a duas eleitoras para que votassem nele para o Senado e em sua mulher, Janete Capiberibe, para a Câmara dos Deputados. Cada uma disse à Justiça ter recebido R$ 26 para votar no casal. Também foram apreendidos R$ 15.495 e uma lista com nomes de eleitores que supostamente tiveram o voto comprado na casa de duas militantes do PSB, onde funcionaria uma espécie de comitê dos Capiberibe.

O casal contestou o depoimento das duas mulheres dizendo que a lista de eleitores se referia à boca-de-urna. Eles ganharam no Tribunal Regional Eleitoral (TRE), mas perderam no TSE, que decidiu cassar o registro de candidato e o diploma dos Capiberibe. Como o mandato não foi cassado, eles não perderam o direito de se elegerem nos próximos oito anos. Capiberibe responsabiliza em parte o senador José Sarney (PMDB-AP), aliado de Gilvam, pela derrota. A decisão do TSE foi referendada pelo STF, mas Capiberibe conseguiu uma liminar do ministro Marco Aurélio do STF para retornar ao plenário e se defender.

Agora, Gilvan questiona a decisão. Nos dois dias em que ocupou a vaga de Capiberibe, despachou nos corredores do Senado. Segundo seus advogados, Gilvam não quer o gabinete do adversário. "Está usando a estrutura da Casa e já negocia outro espaço", diz o advogado Fernando Aquino. Procurado ontem pela reportagem do **Correio**, o senador João Capiberibe não retornou as ligações.